COBENGE 2014
ENGENHARIA: Múltiplos saberes e atuações
16 a 19 de setembro | Juiz de Fora - MG

IRREGULARIDADES NA CONSTRUÇÃO CIVIL E A PRESENÇA DO PODER PÚBLICO EM CIDADES DO VALE DO JEQUITINHONHA E MUCURI – MG

Marília Pereira de Souza -mariengenhart@gmail.com
Rede de Ensino Doctum
R. Gustavo Leonardo, São Jacinto
39801-206, Teófilo Otoni -MG

Gleice Kely Oliveira da Silva - ogleicekely@yahoo.com.br

Andrine Coelho Oliveira - andrineoc@hotmail.com.br

Luciane Felix - luciane.fity@outlook.com

Resumo: *Algo irregular vai contra o princípio da legalidade, que por sua vez tem como consequência a responsabilidade pelo erro cometido. Fraude, desvio, volubilidade, instabilidade e descontinuação são expressões sinônimas que caracterizam o objeto de estudo desta atividade. Este trabalho visa apresentar as irregularidades enfrentadas pela população ao iniciar uma construção civil. Os estudos levantados apontam a impotência dos órgãos competentes diante desta situação e a negligência dos moradores que insistem em construir com condições inapropriadas e em desrespeito ao código de obras estabelecido pelo município, desencadeando assim o aumento da pobreza e a exclusão social.*

Palavras chave: *Legalidade. Responsabilidade. Irregularidades. Construção civil. Exclusão social.*

1. INTRODUÇÃO

Conforme o disposto no artigo 6º da Constituição Federal de 1988 a moradia dentre outros é um direito de todos e dever do Estado, porém o mesmo está sendo tolido da sociedade. A ampla urbanização, a má distribuição de terras, as desigualdades sociais, a falta de fiscalização são fatores desencadeantes à vulnerabilidade na construção civil. Segundo FERNANDES (2006) a consequência desse processo de urbanização rápida ao longo de poucas décadas, surgiram processos renovados de exclusão social, crise habitacional, segregação espacial e degradação ambiental.

O Processo de crescimento populacional tem gerado um gradual aumento de residências em todo o país, mas nem todas essas famílias possuem condições financeiras e físicas para construírem dentro da legalidade e com padrão estabelecido pelo seu município, acarretando o agravamento da pobreza, degradação ambiental e exclusão social.

Com o objetivo de ostentar as situações de perigo à população, sem levar ao constrangimento pessoal dos habitantes dessa área, foram feitos questionários e gráficos de levantamento das causas de risco.

2. METODOLOGIA

Tendo como base a leitura e estudo de artigos relacionados às irregularidades na construção civil, foram realizadas visitas a dez imóveis de Minas Gerais nas cidades de Itambacuri, Itaobim e Teófilo Otoni para registro dessas inconformidades.

No momento da visita foi aplicado também um questionário (Tabela 1)

Tabela 1 – Questionário aplicado aos moradores durante a visita

Questionário – Projeto Construção Civil

1. Há quanto tempo moram neste local? _____
2. Quanto tempo demoraram para construir? _____
3. Já foram visitados por algum representante da prefeitura?

   ( ) Sim ( ) Não

DOCTUM 014
3º Período A
Engenharia Civil

Todos os dados obtidos foram tabulados para análise.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A tabela 2 apresenta as ocorrências encontradas.

Tabela 2 – Ocorrência das irregularidades

Irregularidades	Ocorrência
Construção em encostas de barrancos	2
Construção à margem de rios	4
Construção em cima de marquise	1
Construção com defeitos estruturais	2

Construção próxima à rede elétrica	1

Analisando as respostas obtidas através do questionário, foi possível demonstrar nos gráficos abaixo o percentual em relação ao tempo de moradia e a presença do poder público.

A figura 1 estima que a maior parte dos entrevistados dividem-se em 0 a 10, 10 a 20 e mais de 30 anos, ocupando essas áreas de risco.

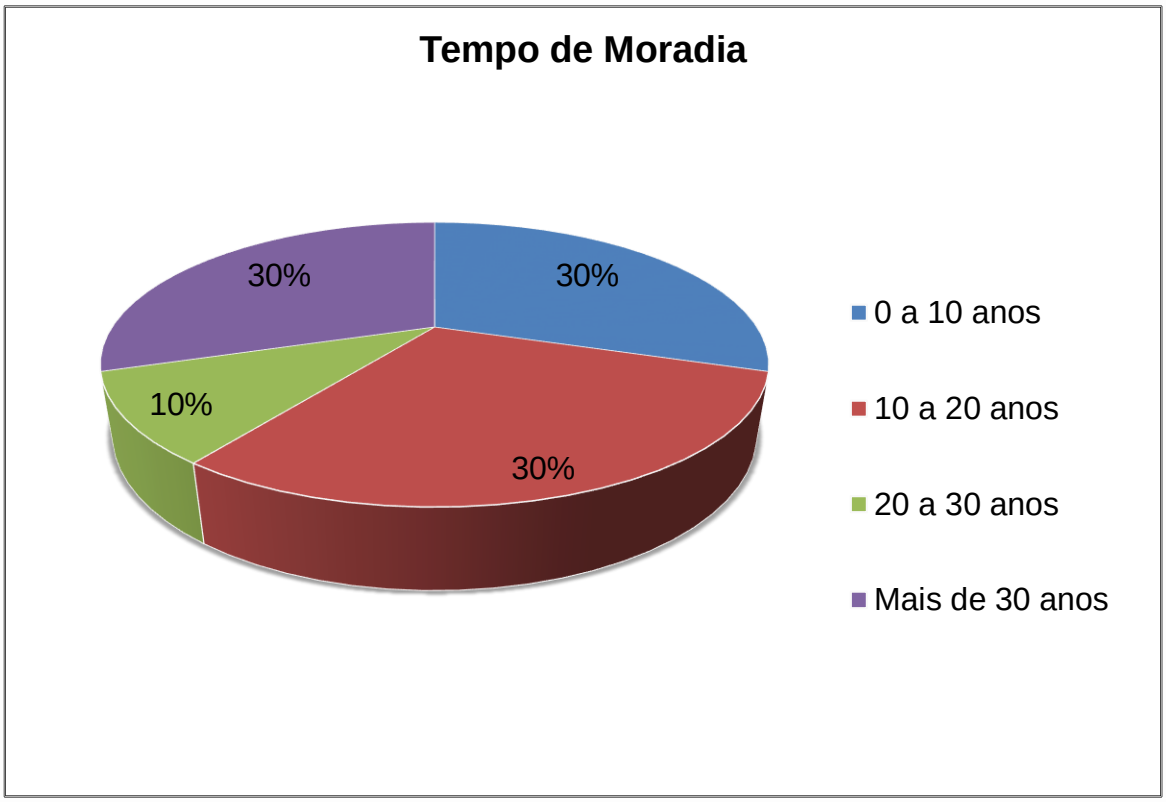

Figura 1 – Tempo de moradia em cada residência

A figura 2 demonstra que 70% dos casos entrevistados tiveram a visita dos funcionários da prefeitura, muitas vezes até por denúncia de vizinhos mas essas visitas não influenciaram na orientação dos proprietários quanto a legalização da construção.

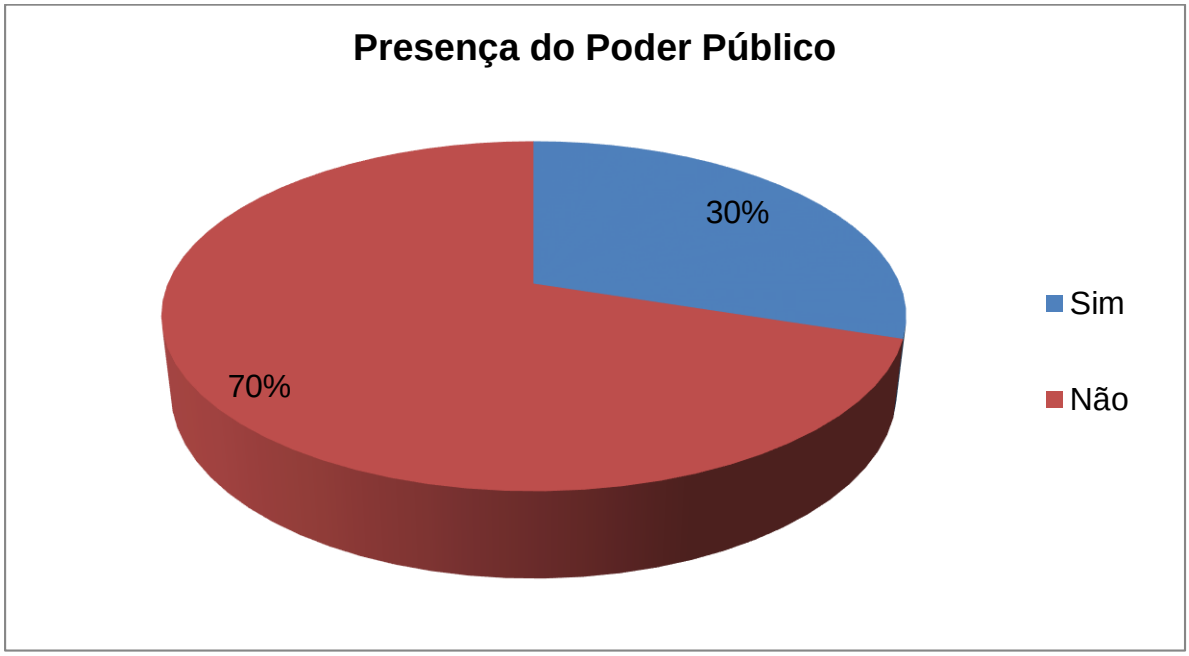

Figura 2 – Residências visitadas pelo poder público

Nas imagens registradas em Itambacuri foram observadas construções em encostas de barrancos (figuras 3, 4, 8 e 9), à margem de rios (figuras 5, 6, 7, 10, 11 e 12) e defeitos estruturais (figura 11).

Figuras 3 e 4: Casa construída em cima de um barranco, com risco de desmoronamento.

Figuras 5, 6 e7- Casa construída a margem de um rio, com risco de inundação e podendo desabar devido à alvenaria mal feita.

Figuras 8 e 9 - Casa construída em cima de um barranco, com risco de desmoronamento.

Figuras 10, 11 e 12- Casa construída à margem de um rio, com risco de inundação e podendo desabar devido à alvenaria mal feita.

Figura 13: Casa com defeitos estruturais.

Em Itaobim observou-se um edifício empresarial situado em centro comercial, onde seu alinhamento desrespeitava o recuo exigido pelo código de obras no artigo XXVI inciso I (figura 14 e 15). Em outro edifício, porém residencial unifamiliar a construção encontra-se próxima à rede elétrica, tendo assim livre acesso à fiação. Ainda em Itaobim houve o registro de uma casa construída à margem do rio Jequitinhonha (figura 18).

Figuras 14e 15 - Prédio construído em cima de uma marquise

Figuras 16 e 17 - Prédio construído com janelas próximas à rede elétrica.

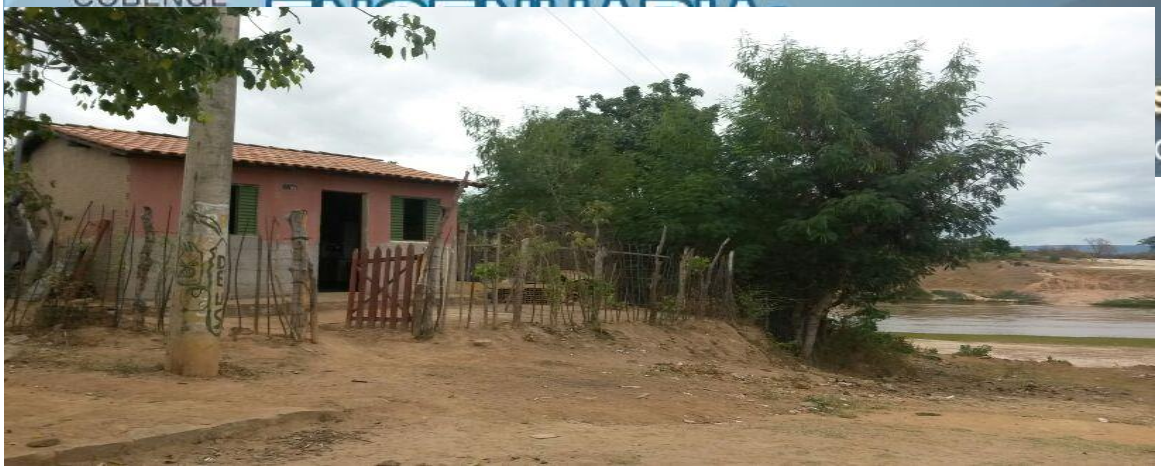

Figura 18 - Casa construída perto de um rio, com risco de inundação.

Na cidade de Teófilo Otoni nota-se a imprudência por parte dos moradores e o descaso da prefeitura. A primeira construção é uma obra nos fundos de uma casa usada como local de trabalho. A mesma não foi cintada, e após uma chuva cede-se o telhado e parte da parede (figuras 19 e 20). As figuras 19 e 20 mostram uma residência construída à margem do rio Santo Antônio e tem seu esgoto é despejado no mesmo.

Figuras 19 e 20 - Casa sem cinta.

Figuras 21 e 22 - Casa construída a margem de um rio, com risco de inundação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos estudos levantados, conclui-se que um dos fatores que favorecem a construção irregular é a possível ausência do Estado, que não consegue viabilizar todos os problemas enfrentados pelos moradores. Por outro lado os cidadãos, apesar de conhecerem os riscos, insistem em construir nessas áreas. Contudo, sugere-se uma ação efetiva dos órgãos competentes, atentando as fiscalizações e comprometimento com a população, com intuito de diminuir essas ocorrências.

REFERÊNCIAS

ROSA , Luciana de Moraes Pereira ; DANZIGER , Bernadete Ragoni ; CARVALHO, Eliane Maria Lopes. Contribuição das alvenarias na interação solo-estrutura através do estudo de um caso envolvendo danos estruturais. REM: R. Esc. Minas, Ouro Preto, 65(2), 181-187, abr. jun. 2012.

SOUZA, Adriano; BRANDÃO, Virginia . A responsabilidade civil do estado frente às áreas de risco. II CONINTER – Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades, Belo Horizonte: 2013

TEÓFILO OTONI (município). Lei 1.486. Código de Obras da Cidade de Teófilo Otoni.Disponivel em:<http://pt.scribd.com/doc/133883625/Codigo-de-Obras-Lei-1486>Acesso em 11 de abril de 2014

IRREGULARITIES IN CONSTRUCTION AND PRESENCE OF THE PUBLIC SECTOR IN CITIES IN THE VALLEY OF JEQUITINHONHA AND MUCURI - MG

Abstract: *Something irregular goes against the principle of legality, which in turn results in the responsibility for the mistake. Fraud, embezzlement, fickleness, instability and discontinuation are synonymous expressions that characterize the object of study of this research. This paper presents the irregularities faced by the population to initiate a construction. The studies show the impotence of the competent groups to this situation and neglect of residents who insist to build with inappropriate conditions and in violation of the building code established by the municipality, thus triggering an increase in poverty and social exclusion.*

Key-words: *Legality. Responsibility. Irregularities. Construction. Social exclusion.*